

POLÍTICA DE LÍNGUAS EM EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

Alâna Capitanio
(UFFS)

RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre Língua Portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a partir das textualizações disponíveis nas páginas eletrônicas desses eventos. Para desenvolver este trabalho, inscrevemo-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), desenvolvida, sobretudo, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL). Analisamos que há em funcionamento o discurso da colonização e da descolonização linguística produzindo sentidos para a língua portuguesa e, assim, para as políticas de línguas.

PALAVRAS-CHAVE: eventos Internacionais; língua portuguesa; discurso.

1 Considerações Iniciais

Neste trabalho, apresentamos um recorte de nossa pesquisa de mestrado intitulada *Política(s) de Línguas em Eventos Internacionais sobre Língua Portuguesa*¹, a qual objetivou compreender o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, a partir das textualizações das páginas eletrônicas desses eventos, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Compreendemos que os eventos científicos sobre língua portuguesa estabelecem determinados sentidos para a língua portuguesa, os quais estabelecem/determinam políticas de línguas. As políticas de línguas, conforme Mariani (2004), são resultantes das condições históricas de relações entre línguas em um determinado momento, em um determinado espaço-tempo de prática discursiva que emerge como resultado

de uma tentativa de organização das práticas significativas e das forças sociais que se encontram em jogo. Dito de outra forma, Orlandi (2013, p. 140) afirma que, “ao se definir que língua se fala, com que estatuto, onde, quando e os modos de acesso a ela”, por exemplo, pela legitimação de acordos, pela construção de instituições linguísticas, acrescentamos eventos científicos, estão-se praticando as diferentes formas das políticas de língua, da mesma forma que, para identificá-las, “está-se produzindo seu conhecimento, sua análise, e dando a ela configuração singular” (ORLANDI, 2013, p. 140).

Essa compreensão sobre políticas de língua filia-se à perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), fundada, sobretudo, nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguística (HIL). Nessa articulação, HIL e AD, compreendemos o político em sua relação com o simbólico, ou seja, o político como constitutivo da língua, o que nos permite analisar os discursos *sobre* a língua e praticar novas leituras de arquivo (ORLANDI, 2007, p. 8).

A partir dessa nossa filiação teórica, o arquivo da pesquisa constitui-se das textualizações recortadas das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Os eventos² aconteceram entre os anos de 2010 e 2013 em diferentes países de colonização portuguesa.

Esses eventos foram organizados, principalmente, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP, com o apoio de outras instituições, conforme a localidade do evento. O IILP³, considerado como organismo promotor da língua portuguesa, foi criado em 1999, pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. Tem como vocação articular esforços técnicos, científicos e financeiros dos países da CPLP para a promoção da língua portuguesa, desenvolvendo ações como órgão colegiado desses países. As ações que o IILP desenvolve são planejadas conforme orientações gerais do Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais dos Estados Membros, e do Comitê de Concertação Permanente da CPLP. Dessa forma, as ações tomadas pelo IILP estão ligadas ao que é decidido pelos membros da CPLP, ou seja, o IILP é um “instrumento” da CPLP, que tem seus objetivos focados para a “gestão comum da Língua Portuguesa”.

A partir dessas nossas primeiras palavras, passamos à análise, buscando compreender o funcionamento discursivo dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, os quais constituem sentidos para a língua,

para as políticas de línguas. Procuramos, com Orlandi, (2012a), trabalhar a política da língua materializada na formulação, pelos gestos de interpretação, visando à compreensão da determinação histórica dos sentidos, ao funcionamento do político, constitutivo da língua.

2 Gesto de Interpretação: sentidos da colonização e descolonização linguística

Considerando a língua constitutiva do político, compreendemos, à luz de Orlandi (2013), a política de línguas a partir de três posições: i) unidade como valor; ii) diversidade como valor; iii) dominação como valor. A unidade está relacionada às razões do Estado, das Instituições, por exemplo, à construção da identidade nacional brasileira, em que uma unidade linguística imaginária foi imposta frente à diversidade regional e às influências de outras línguas, afirma Mariani (2004). Ainda, segundo a autora, a dominação tem suas razões, que regem as relações entre povos, entre nações e Estados, como o caso das conquistas das colônias, em que uma língua se impõe pela lei, pela força, pelo contato. A diversidade tange as razões relativas aos que falam as línguas, significa a diversidade concreta das línguas, sua forma material.

A unidade e a diversidade são questões tratadas de modo inseparável. A unidade não é somente questão do Estado, é também a condição necessária da constituição de qualquer língua (ORLANDI, 2013). Podemos pensar a língua portuguesa no Brasil em sua unidade, como língua nacional e oficial do Estado, e sua diversidade, que considera a coexistência de línguas indígenas, de imigrantes.

Para cada uma dessas posições, Orlandi (2013) afirma que os princípios éticos são diferentes e estão quase sempre em relação de contradição. E é este ponto que acreditamos ser essencial, visto que a produção de um conhecimento sobre a língua e a(s) política(s) de línguas se constituem na relação com esse jogo contraditório, que é político. A política de línguas, continua a autora, é um trabalho que relaciona o político, o sujeito, a língua, as línguas e o saber sobre as línguas. Nesse sentido, consideramos o funcionamento dos eventos internacionais sobre a língua portuguesa em sua relação com a questão ética e política de línguas.

Compreendemos que há, nas textualidades dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, a filiação aos sentidos constitutivos da colonização linguística que impõe como língua dominante a língua do colonizador por meio de comunidades, instituições que surgem nessas condições e que pro-

duzem evidências que ultrapassam os sentidos das fronteiras dos Estados-Nações e de seu poder. Esses sentidos apagam a diversidade linguística, apagam que há a língua brasileira. Os sentidos constitutivos do discurso da colonização linguística reduzem a alteridade a diferenças socioculturais, econômicas e políticas e, assim, apagam a historicidade da língua portuguesa.

Para desenvolvermos esse gesto de interpretação, trabalhamos metodologicamente com recorte e não com segmentação do texto porque, com Orlandi (1984, p. 14), consideramos o segmento apenas uma unidade/frase do sintagma. O recorte resulta de teoria, é uma construção, não sendo automático, nem pré-determinado. O recorte constitui-se como unidade discursiva, um fragmento da situação discursiva que determina as “formações discursivas diferentes, porque esses recortes representam momentos diferentes do processo histórico” (ORLANDI, 1984, p. 17). Analisemos os recortes discursivos⁴:

(Rd1) O lema da Presidência de Angola na CPLP “Solidariedade na Diversidade” vem no intuito de, através do primado no Acto Constitutivo da CPLP, continuar a promover a união dos nossos povos que apesar das diferenças socioculturais, políticas e econômicas encontram-se unidos pela língua portuguesa e os fenómenos daí decorrentes. (CHICOTI, 2012, p.1)

(Rd2) Em breve, estas acções promovidas pelo Fórum de Macau, cujo objectivo primário é a cooperação económica e comercial, permitem que em conjunção com este desígnio geral, as culturas lusófonas e a língua portuguesa ganhem um estatuto de destaque na China, o que por si é muito apreciável e altamente louvável. (GAMA, 2012, p. 13).

(Rd3):



Figura 1: Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP
Fonte: Instituto Internacional da Língua Portuguesa

É interessante analisar que no (Rd1) as diferenças entre os países que constituem a CPLP encontram-se nas questões “socioculturais, políticas e económicas” (Rd1) e não na língua, que, pelo contrário, funciona como aquilo que faz os países serem “unidos” (Rd1). Esse funcionamento repete-se no (Rd2), em que se produzem sentidos de que a CPLP constitui-se de uma língua, “a língua portuguesa”, e de várias “culturas lusófonas”. A língua é a mesma, o que se constitui como diferente entre os países é a cultura de cada um deles.

Instaura-se, pela marca discursiva “apesar das” (Rd1), sob a forma de pré-construído, que as diferenças entre os países que constituem a CPLP são diferenças socioculturais, políticas, económicas. O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151).

As diferenças entre os países que fazem parte desta comunidade não são identificadas na língua, mas na economia, na política e na cultura, de modo que se apaga a diversidade da língua portuguesa. Esses sentidos inscrevem-se, também, no (Rd3), no qual se formula que há “diversidade linguística nos países da CPLP”, mas não que há diversidade da língua portuguesa nos países da CPLP. Há uma diversidade de línguas e não uma diversidade da língua portuguesa.

A língua que afirmamos como diferente é significada na discursividade (Rd1), “fenómenos” que derivam da língua portuguesa. A língua portuguesa do Brasil, da Angola, e dos outros países colonizados constitui-se apenas de fenômenos que derivam da língua portuguesa de Portugal. Concordamos com Orlandi (2008) que isso acontece pelo fato de que há o apagamento do histórico, que considera os conflitos, as imposições, os deslocamentos, as diferenças, o político, produzindo-se um discurso sobre a cultura. Produz-se, assim, um discurso da singularidade, que é o discurso da cultura.

Ao mesmo tempo em que há um efeito de reconhecimento da diversidade cultural e de línguas dos países da CPLP, há o funcionamento do imaginário da unidade da língua portuguesa. Podemos analisar o funcionamento deste imaginário pelas paráfrases produzidas a partir do recorte que produzimos na imagem (Rd3), em que há textualizada a denominação do evento: “A diversidade linguística nos países da CPLP”. Utilizamos metodologicamente a paráfrase porque ela nos permite, conforme Orlandi (2008), observar a relação entre os diferentes, no que diz

respeito tanto ao interior das mesmas formações discursivas, como entre as distintas formações discursivas. A paráfrase é “matriz em que o um remete ao outro, mas sem porto originário” (ORLANDI, 2008, p. 49). Vejamos as paráfrases:

(RD3') A **diversidade linguística** nos países da CPLP.

(1) A diversidade linguística **do português separa os países da CPLP**.

(2) A unidade linguística **do português une os países da CPLP**.

Levando em consideração que não é a diversidade linguística da língua portuguesa que está em discussão nos eventos, mas as outras línguas existentes nos países da CPLP, conforme essa discursividade, o que une os oito países, segundo os sentidos em (2), é a unidade da língua portuguesa e é esta que se quer internacionalizar. A diversidade da língua portuguesa, conforme (1), separaria os países, pois assim se consideraria que, no Brasil, temos a língua brasileira. Os sentidos analisados das paráfrases (1) e (2) filiam-se ao imaginário da lusofonia, este que “se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização” e que “preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal” (ORLANDI, 2009a, p. 179).

O que une os países da CPLP é o que resultou do processo de colonização linguística que impôs a língua portuguesa como língua oficial e que, nas condições de produção em que os eventos internacionais se constituem, passa a ser “língua comum”. O imaginário da unidade da língua portuguesa une oito países em prol da difusão, valorização e internacionalização dessa língua. Nessa perspectiva, os sentidos que se filiam à paráfrase (1) significam que a diversidade linguística da língua portuguesa estaria na contramão dos objetivos de expandir a língua, ou melhor, de internacionalizá-la.

A partir desta análise, concordamos com Orlandi (2009a), estamos observando um amplo desenvolvimento do sociologismo hoje. O sociologismo faz aparecer a dispersão e alteridade no tempo e no espaço, efetua uma descrição, realizando um estudo empirista dos dados e estudos comparatistas. A autora acrescenta que o sociologismo recobre a questão do Estado pela substituição da análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais, que é, na verdade, uma psicossociologia das relações interindividuais, as quais englobam *status*, prestígio, atitude etc., trabalhando com relações de parentesco, de idade, de sexo, de nível cul-

tural etc. Por isso, a língua portuguesa é compreendida como “herança”, “laço” de que resultaram diferentes variantes.

Além do sociologismo, com a globalização, há o desenvolvimento das tecnologias da escrita, um investimento forte na quantidade de informação circulando por todo o lugar. Há o intuito de “apagar as diferenças sócio-históricas, simular o acesso ao conhecimento a todos e visa-se expandir a potencialidade das múltiplas línguas”, valorizando todas essas, quando, na verdade, apenas uma é que constitui o posto dominante (ORLANDI, 2009a, p. 162-163).

Os sentidos que se filiam à memória da colonização formulam-se, também, nesses outros recortes⁵:

(Rd4) Se, **no passado, esta língua portuguesa viajou de caravelas, hoje** meios mais eficazes são-nos fornecidos pela ciência e pela técnica, dentre as quais **a internet**. E é um facto inquestionável que, em pleno século XXI, a internet facilita a divulgação **da língua portuguesa, une** os falantes desta língua e **anula as distâncias temporais e geográficas**, criando um espaço virtual comum. (MIGUEL, 2012, p. 13).

(Rd5) Assim, na sua apresentação, a jornalista brasileira pós-graduada em Educação na Universidade da Cidade do Cabo, Mila Olivier, criadora deste projeto inovador [Português pra você], vai discursar um pouco sobre a realidade **da Língua Portuguesa** na África do Sul, ao mesmo tempo que falará desta e de outras iniciativas que visam a **dar continuidade aos Caminhos** da Língua Portuguesa nesta região do continente africano. (OLIVIER, 2011, p. 3).

(Rd6) Paralelamente à Conferência Internacional, será organizada uma semana cultural da língua portuguesa, cuja programação envolverá exposição intitulada “Língua Viagem – em português todos se encontram”, mostra de cinema, apresentações musicais e encontros de escritores, com participação de todos os Estados membros da CPLP. (AGENDA, 2010).

Compreendemos a inscrição do discurso da lusofonia conformado por sentidos da colonização, constituindo a discursividade no (Rd4). Entendemos que a noção de discursividade, segundo Orlandi (2012b), tem como característica o fato de que os sujeitos, conforme suas posições, e os sentidos constituem-se pela sua inscrição em diferentes formações discursivas.

Nessa perspectiva, formula-se no (Rd4) que “esta língua portuguesa”, a da CPLP, é a mesma que “viajou de caravelas” à época dos “des-

cobrimentos”, que permanece como a mesma e que, hoje, viaja por meio da *internet*. A “*internet*” é significada como a “caravela” na conjuntura contemporânea, com a vantagem de que “anula as distâncias temporais e geográficas”.

As marcas discursivas “passado” e “hoje” significam um modo de compreender o tempo constitutivo de modo linear, uma cronologia, apagando as retomadas, as disjunções, os deslocamentos. Esse modo de compreender o tempo produz apagamento da historicidade da língua portuguesa que se constituiu nesses retornos, movimentos, deslocamentos. A história é significada, assim, de forma cronológica, é contínua, “continuidade” (Rd5), desconsiderando a história como produção de sentidos, constitutiva de retornos, movimentos, sem começo, meio e fim. Concor damos com Henry (2010) que a história como tal não existe, fazer história significa produzir sentidos aos fatos, “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação” (HENRY, 2010, p. 47).

A língua é significada, na discursividade (Rd5), em uma continuidade, como a mesma língua no “passado” e no “hoje”, apagando a produção de sentidos sobre essa língua. O que mudou foi a forma de sua difusão: não são mais as caravelas, são as redes, a *internet*.

O imaginário da mundialização/globalização produz efeito de apagamento das distâncias. É pela rede, pela *internet* que se “anulam as distâncias temporais e geográficas” e que a língua viaja. Ao mesmo tempo, sentidos que constituem colonização linguística produzem seus efeitos, conforme discursividade em (Rd5), na qual se formula uma história linear, de continuidade – “dar continuidade aos Caminhos da Língua Portuguesa”. A língua continua caminhos e permanece no mesmo. A língua portuguesa do Brasil, de Portugal e dos outros países da CPLP é considerada a mesma, aquela que “une” (Rd4), apagando a historicização das línguas.

Orlandi (2013) argumenta que a Língua Portuguesa foi historicizada de forma diferente no Brasil e em Portugal, o que nos permite dizer que falamos a mesma língua, de forma diferente. A autora, ao propor essa reflexão, desloca o conceito de heterogeneidade enunciativa de Authier (1987) para heterogeneidade linguística, com o objetivo de compreender o funcionamento da língua portuguesa. Conforme a pesquisadora, “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’”, produzindo “um diferente histórico que o constitui ainda na aparência do ‘mesmo’” (*Ibidem*, p. 23). Esse “fundo falso” produz a ilusão

de que “em português todos se encontram” (Rd6).

Questionamo-nos sobre quem são aqueles que constituem “todos” (Rd6), produzindo efeito de totalidade, completude. Para compreender esse questionamento, os sentidos possíveis para o pronome “todos”, utilizamos como instrumento metodológico a paráfrase, pela qual analisamos o efeito metafórico, conforme desenvolvido por Pêcheux ([1969] 2010).

O autor define efeito metafórico como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado x e y” (*Ibidem*, p. 96). Nesse sentido, a metáfora é concebida como transferência, deslize de sentidos, como analisamos:

(Rd6’) “Língua Viagem – em português **todos** se encontram”

(1) os falantes dos países da CPLP.

(2) os falantes de Portugal.

(3) os falantes do Brasil.

Em (1), há a inscrição dos sentidos que se filiam ao imaginário da lusofonia, considerada por Branco (2011) como um projeto de criação de um homogêneo espaço de falantes de mesma língua que “toma por base ‘a língua portuguesa’ de Portugal como a língua que hoje promove a unidade mantendo a diversidade cultural no espaço lusófono formalizado pelos países membros da CPLP” (BRANCO, 2011, p. 3). O pronome “todos”, conforme (1), abrange os falantes de língua portuguesa dos países que fazem parte da CPLP, vinculados pelo laço de uma língua que “viajou” por cada um desses países.

Os sentidos que constituem (1) silenciam os sentidos em (2) e (3), que significam a língua como sendo de Portugal, do Brasil e não “compartilhada” pelos países da CPLP. Em (2) e (3) há sentidos da língua que se constitui nesses espaços de enunciação, Portugal e Brasil. Para Guimarães (2005), o espaço de enunciação é um espaço regulado e de disputas pelas línguas e pela palavra, constituindo-se como um espaço político em que a língua é necessariamente atravessada pelo político e normativamente dividida.

Se os sentidos conformados em (1) silenciam os sentidos em (2) e (3), os sentidos de (2) e (3) também produzem uma homogeneização e unidade frente às outras línguas existentes nesses países. Essa constru-

ção imaginária da unidade e da homogeneidade, afirma Orlandi (2013), é necessária para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua nacional.

Nessa perspectiva, em (3) temos sentidos que se constituem pelo imaginário da descolonização linguística, em que a língua do Brasil constitui-se por sua unidade imaginária e sua diversidade concreta, bem como Portugal, em (2), que também se constitui por sua língua imaginária, a língua portuguesa gramatizada, e pela sua diversidade concreta.

Como afirma Orlandi (2012b), ao compreender o funcionamento discursivo do enunciado “Brasil, um país de todos”, o “todos” funciona de forma ambígua, de modo que não significa nós, povo brasileiro, em nossa igualdade social, mas um “todo indeterminado, parte do discurso da mundialização”, em que “todos é cada um e ninguém” (ORLANDI, 2012b, p. 127). A marca discursiva “todos” funciona silenciando a divisão do sentido, por um efeito de homogeneização, universalização, indeterminação, efeitos do trabalho do discurso da colonização linguística que silencia cada povo com sua própria língua, constituída pelo processo de descolonização linguística.

A discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa produz sentidos que silenciam a relação contraditória entre unidade e diversidade linguística, instaurando uma política de unificação de “uma língua comum”, imaginária, em tempos de mundialização/globalização. Aqui observamos a questão da ética como universal e homogênea, separada do político, não sobrando espaço “para pensar a heterogeneidade linguística no plano das ações de governo e das relações internacionais, a não ser como procedimento de hegemonias entre culturas” (GUIMARÃES, 1997, p. 5).

Compreendemos que internacionalizar “uma língua comum” é desconsiderar o trabalho do político, da ética, da divisão dos sentidos. E assim podemos compreender que a língua está, na verdade, “marcada por uma geografia hierarquizada” (GUIMARÃES, 1997, p. 6), uma geografia em que o território de referência (ainda) continua sendo o do “velho império”, em uma comunidade “CPLP”.

Mas há, também, sentidos equívocos que trabalham nas brechas da língua. O equívoco “irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não fechado” (FERREIRA, 1994, p. 2). A autora afirma que a relação com o equívoco afeta toda a língua,

que é passível de jogo, ou seja, de deslocamentos, transgressões e rearranjos. Dito de outro modo, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 53).

Analisamos a equívocidade dos sentidos que se filiam, na mesma discursividade, ao imaginário da colonização e da descolonização linguística. É o que compreendemos no (Rd7)⁶:

(Rd7) A nossa apresentação aponta primeiramente para a discussão da Macau de hoje como um espaço ainda português e/ou ainda de língua portuguesa. Perspectivaremos, então, o português em Macau como uma língua internacional e como uma língua franca que cria, entre as comunidades imigrantes de países de língua portuguesa, novas territorialidades simbólicas (HAESBAERT, 2002; 2004). Para ilustrar, discutiremos o papel do governo da RAEM no processo de integração dessas comunidades, focando a língua portuguesa enquanto (*sic!*) herança linguístico-cultural herdada de Portugal e transformada em cada ex-colônia. (SILVA, 2011, p. 10).

Compreendemos por uma interpretação das formulações “o português em Macau” e “a língua portuguesa [...] herança linguístico-cultural herdada de Portugal” a filiação do dizer à memória da colonização linguística, memória que silencia que colonização produziu “uma clivagem – disjunção obrigada” –, a qual afetou a materialidade da língua brasileira (ORLANDI, 2013, p. 28). Nessa filiação, a língua é significada como “herança” da colonização, uma língua, “o” português. A marca linguística “herança” inscreve sentidos na perspectiva teórica do biologismo, do evolucionismo que, conforme Kristeva (1969), desconsidera que a história é movimento, deslocamento.

No mesmo recorte discursivo, em que se significa a língua portuguesa como “herança”, filiando sentidos à memória da colonização linguística, compreendemos sentidos que se constituem pelo discurso da descolonização linguística na formulação “transformada em cada ex-colônia”. A inscrição desse enunciado no discurso da descolonização produz sentidos de que a língua do colonizador não é a mesma língua dos colonizados, ela transformou-se “em cada ex-colônia”.

Silva Sobrinho (2011) também analisa que existe um espaço de equívoco no museu, em que há a constituição contraditória de diferentes posições-sujeitos: a posição-sujeito que funciona no imaginário da colonização linguística e outra, no imaginário da descolonização. Os enuncia-

dos analisados significam a língua como aquela que “nasceu em Portugal” e é “falada por mais de 200 milhões de pessoas”, produzindo sentidos de universalidade dessa língua. Contudo, há uma segunda parte do recorte discursivo em que se formula que a língua que foi transferida com a colonização para o Brasil mudou, conformando sentidos de descolonização linguística, afirma o autor.

Para Orlandi (2009b), a questão da língua brasileira, na perspectiva da descolonização, não é mais posta em relação à lusofonia como um modo de homogeneização linguística. A descolonização linguística, com suas condições de produção, é um acontecimento linguístico, historicização da língua, esta que é “um sistema que adquire corporeidade, significado, isto é, materialidade, inscrevendo-se na história” (ORLANDI, 2013, p. 55).

Com o processo de gramatização brasileira da língua no século XIX, produziu-se um saber sobre a língua nacional do Brasil, por um gesto de apropriação legítima dessa língua, de modo que “o país, seu saber, seu sujeito político-social e suas instituições se individualizaram” (ORLANDI, 2013, p. 218). Assim, a língua brasileira difere da língua portuguesa em sua forma material, base dos processos discursivos diferenciados, que faz com que a língua não signifique da mesma maneira em português e em brasileiro. Isso acontece porque a gramatização em um país de colonização trabalha no eixo da universalização e do deslocamento.

A língua brasileira universaliza-se e institui-se, torna-se unidade no Brasil e paralelamente tem seus usos variados, começa a reconhecer-se em suas variedades. Como afirma Orlandi (2012c, p. 130), esse processo advém da relação “de uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a essas diferentes ordens simbólicas sem, no entanto, deixar de representar a necessidade da unidade”, unidade ilusória, mas necessária.

Porém, ainda há sentidos da colonização que tentam silenciar a descolonização linguística, como compreendemos pela marca linguística “ainda”, conforme se formula no enunciado “Macau de hoje como um espaço ainda português e/ou ainda de língua portuguesa”. A marca discursiva “ainda” funciona inscrevendo sentidos no imaginário da colonização linguística, afirmando que Macau é sim “ainda” um “espaço de Língua Portuguesa”, impondo uma língua, uma história portuguesa em um espaço que se constitui por muitas outras línguas e não somente pelo português que, da mesma forma que no Brasil, produziu deslocamentos.

A análise desse enunciado “Macau de hoje como um espaço ainda português e/ou ainda de língua portuguesa” no (Rd7) reforça o que Água-Mel (2012) afirma: impõe-se, em Macau, a permanência desta língua, vinda de Portugal, como língua oficial, sem ter a consolidação de uma política de língua que considere o sujeito, a fluência, a movência da língua, as condições de produção em que esta língua se constitui. Apaga-se, mais uma vez, o político, a divisão da língua, impondo uma homogeneização entre colonizador e colonizado.

O equívoco que constitui o recorte discursivo (Rd7) inscreve-se, também, em outras textualizações dos eventos, como no (Rd8):

(Rd8) Em muitas sociedades, a língua portuguesa está ligada à memória, é preciso dizê-lo, da escravatura, do colonialismo, do etnocentrismo e do desprezo por expressões culturais locais [...]. Acontece, porém, que os dominados apropriaram-se da língua de Fernão Mendes Pinto, fazendo-a sua, aclimatando-a a novas regiões, confrontando-a com outras línguas, moldando-a, umas vezes, crioualizando-as, outras. Assim, a própria luta pela emancipação que se iniciou, quer no Brasil quer em África – é verdade que em temporalidades bem diversas –, com a afirmação das elites crioulas do império, utilizou a língua portuguesa como via de reivindicação das diferenças e especificidades relativamente ao centro imperial, processo que não constituiu senão a antecâmara da reivindicação da autonomia e depois da própria independência [...]. Com as independências, os estados nascentes queriam uma língua que permitisse a unidade nacional, que potencializasse a administração pública, que desse acesso à modernidade e facilitasse o desenvolvimento das relações internacionais com os novos estados. Assim, adotaram o português. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 6-7).

Analizamos no (Rd8) sentidos que se filiam aos processos discursivos da colonização e da descolonização linguística. As formulações “apropriaram-se da língua de Fernão Mendes Pinto” e “adotaram o português” inscrevem a memória da colonização linguística. Essa memória da colonização linguística apaga os conflitos entre Brasil e Portugal, bem como o modo como a língua portuguesa foi imposta pelos colonizadores.

O Brasil não “adotou” nem “apropriou-se” da língua portuguesa de Fernão Mendes Pinto. A língua portuguesa foi imposta, no período de colonização, por meio do *Diretório dos Índios*. Conforme Mariani (2004), o *Diretório dos Índios* foi um instrumento político e legislativo de dominação linguística instituído por Pombal, resultando na imposição geral do uso e do ensino da língua portuguesa.

A autora analisa que o *Diretório* encontra-se filiado a um imaginário histórico constituído “pela vontade de uma universalidade que relaciona língua, nação conquistadora e nação conquistada” (*Ibidem*, p. 147). A língua, nessa discursividade, significa o idioma de um povo conquistador e um elemento constitutivo da civilização europeia. Essa imposição da língua faz com que as diferenças linguísticas sejam significadas como “expressões culturais locais”, conforme analisado no recorte discursivo (Rd8).

Nesse sentido, compreendemos, com Mariani (2004), que o *Diretório*, sem dúvida, conseguiu intervir na utilização da língua geral, deixar as outras línguas indígenas no esquecimento e institucionalizar a língua portuguesa. Contudo, o que ele não conseguiu, de fato, foi “abolir de modo radical o processo de historicização do português brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos resíduos de oralidade” (MARIANI, 2004, p. 173).

Podemos depreender na discursividade no (Rd8) esses sentidos “não abolidos” que se inscrevem no imaginário da descolonização linguística, pelas marcas discursivas “aclimatando-a”, “confrontando-a com outras línguas”, “moldando-a”, “crioulizando-as”. A língua portuguesa, ao chegar ao Brasil, confrontou-se com outras línguas, como as indígenas, moldou-se conforme as condições de produção que aqui existiam, tornou-se outra.

Entendemos que a constituição da língua do/no Brasil passou por diferentes conflitos impostos pelo Estado. Ao mesmo tempo, constituiu resistência, memória que nos possibilita afirmar que falamos a língua brasileira. Essa língua é constituída pelas línguas indígenas, de imigrantes, do colonizador. É uma língua que flui, desliza, transforma-se ao passo que sujeitos e sentidos se constituem por ela. É pela diversidade linguística que nos constituímos e constituímos a língua brasileira.

Conforme as análises desenvolvidas a partir dos recortes discursivos (Rd7) e (Rd8), compreendemos, com Silva Sobrinho (2008, p. 60), que “a nossa memória da língua produzida na história do conhecimento linguístico é heterogênea”. Entendemos a memória da língua como “discurso sobre a(s) língua(s), discurso relativo a diferentes e divergentes imaginários de língua que determinam historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com os outros falantes” (SILVA SOBRI-NHO, 2008, p. 53).

A nossa memória da língua é heterogênea, assinala o autor, não somente por ser constituída de contraditórios processos discursivos, referente aos diferentes modos de significar a unidade e a diversidade linguística mas também pelo fato de os processos discursivos que a constituem

manterem complexas relações entre si, relações complexas em que “um processo discursivo acaba se inscrevendo no modo mesmo como o outro se configura” (SILVA SOBRINHO, 2008, p. 53).

3 Considerações Finais

Neste artigo, analisamos o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados pelo IILP, instituto da CPLP, entre os anos de 2010 e 2013, em diferentes países que foram colonizados por Portugal. Compreendemos que a língua tomada como referência, como “uma” língua portuguesa, constitui-se pela língua do colonizador, inscrevendo sentidos no discurso da colonização linguística. As línguas dos outros Estados-membros da CPLP são significadas como variações de uma mesma língua portuguesa.

Contudo, essas filiações que produzem efeitos de sentidos de unidade “da” língua portuguesa não se inscrevem sem equívocos, sem contradições, sem resistência. Analisar a ordem da língua, a língua com a sua exterioridade, passível de jogo, é compreender a inscrição do político em funcionamento. A diversidade da língua, lugar político, produz efeitos que desestabilizam a discursividade do discurso da colonização linguística.

Sentidos da descolonização linguística resistem, produzindo brechas que permitem deslocamentos e observação da diferença, de que não há como existir/impôr “uma língua comum”. A diversidade linguística desestabiliza a “aparente unificação planetária” de que somos “todos” ligados por um “vínculo” linguístico “comum” e por uma comunidade, “CPLP”.

Sentidos conformados pelo discurso da colonização (unidade) e da descolonização (diversidade) constituem sujeitos e sentidos nos eventos internacionais sobre língua portuguesa e, assim, as políticas de línguas. Como afirma Orlandi (2009b), descolonização e colonização têm relação com o modo como se estruturam politicamente as sociedades em relação aos países, aos Estados, às tribos. Dito de outro modo, “tanto a colonização como a descolonização são fatos da relação entre a unidade e a diversidade concreta em um mesmo território. Relação da língua fluida e da língua imaginária” (ORLANDI, 2009b, p. 214).

LANGUAGE POLICY IN INTERNATIONAL EVENTS OF PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT:

In this article, we aimed to comprehend the discursive functioning of international events on the Portuguese Language, organized and promoted by International Institute of Portuguese Language (IIPL), from the textualization available in the events' web site. For that purpose, we adopted the theoretical-methodological perspective of Discourse Analysis based on the work by Michel Pêcheux and Eni Orlandi, articulated to the History of Linguistic Ideas. We identified that the discourse of linguistic colonization and decolonization operate and produce producing senses for the Portuguese language and, consequently, for language policies.

KEYWORDS: international events; portuguese language; discourse.

REFERÊNCIAS

ÁGUA-MEL, C. Um Macau “Imaginado” em Língua Portuguesa. In: **Fragmentum**, n. 35, parte I. Laboratório Corpus: UFSM, out./dez. 2012.

BRANCO, L. K. A. C. B. Sentidos em disputa: o nome “lusofonia” e os nomes das línguas nos países da CPLP. In: **Seminário de estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas**, 5, 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos, Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/LuizaKatiaAndradeCastelloBranco.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco**. 1994. Unicamp: Campinas, SP: [s.n], 1994. Tese– Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1994.

GUIMARÃES, E. Política de Línguas na América Latina. In: **Congresso sobre Política Linguística na América Latina**, Universidade Federal de Buenos Aires, Argentina, 1997. Disponível em: < <http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/>

biblioteca_professor/arquivos/42Politica%20de%20Linguas%20na%20America%20Latina.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1969.

MARIANI, B. **Colonização Linguística**: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. Apresentação. In: Orlandi, E. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Terra à vista**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: Discursos sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009a.

_____. Processos de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (org.) **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: 3. ed. Pontes Editores, 2012a.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2013.

PECHÊUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi, 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Tradução: Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

SILVA SOBRINHO, J. S. Memória(s) da Língua e Ensino de Língua Portuguesa. In: COX, M. I. P. (org.) **Que português é esse?** Vozes em conflito. São Carlos, MT: Pedro & João Editores/Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

_____. **“A língua é o que nos une”**: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

NOTAS

¹ Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFFS – *campus* Chapecó/SC. A pesquisa teve o apoio financeiro da FAPESC.

² I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial; Colóquio internacional de Maputo – A diversidade Linguística nos países da CPLP; Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas; Colóquio internacional de Luanda – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais; Colóquio internacional de Guaramiranga – A língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital; Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações; II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial.

³ Cf. Informações retiradas da página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

⁴ O (Rd1) é um recorte do Discurso do ministro das relações exteriores de Luanda, Georges Rebelato Pinto Chicoti (CHICOTI), no “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”. O (Rd2) foi recortado do texto do “Colóquio Internacional A língua portuguesa nas organizações internacionais” que fez parte da “Mesa 3: As organizações plurilíngues e as relações com outras fônias”, sob o nome “O Fórum de cooperação económica e comercial entre china e os países de língua portuguesa – ‘Fórum de Macau’”, proferido por Joaquim Pereira da Gama (GAMA). O (RD3) é uma imagem recortada do Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP.

⁵ O (Rd4) foi recortado do resumo “A internet: a nova caravela da lusofonia”, disponível no Caderno de Resumos e Currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”. Este resumo foi desenvolvido por Afonso João Miguel, doutor em linguística na área de Sociolinguística Variacionista, do Instituto Superior de ciência em Educação de Luanda. O (Rd5) também foi recortado do Caderno de Resumos e Currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”. O resumo é intitulado “Os caminhos da língua portuguesa na África do Sul”, proferido por Mila Olivier, da Universidade da Cidade de Cabo Verde, fundadora e coordenadora do *Playgroup* Português pra Você, um grupo supervisionado para crianças de famílias multilíngues entre 0 e 5 anos, que visa estimular as crianças a falar e a interagir socialmente na Língua Portuguesa. O (Rd6) faz parte da agenda cultural da “I Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”.

⁶ O (Rd7) foi retirado do resumo “Novas territorialidades construídas em língua portuguesa no espaço de Macau”, que faz parte do caderno de resumos e currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”, Praia, Cabo Verde, 2011. Este resumo foi escrito por Roberval Teixeira e Silva, professor Auxiliar e Pesquisador do Centro de Estudos Luso-Asiáticos do Departamento de Português da Universidade de Macau.

⁷ O (Rd8) foi recortado da Palestra de abertura “Por uma língua portuguesa a caminho da afirmação mundial”, proferida por Antonio Correia e Silva, realizada na “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, Lisboa, Portugal, 2013.

Recebido em: 14 de janeiro de 2016

Aceito em: 13 de maio de 2016